



Nota Cetad/Copan nº 112, de 25 de julho de 2024.

Interessado: Supremo Tribunal Federal

Assunto: Renúncia de IPI dos defensivos agrícolas conforme solicitado na ADIN 5553 impetrada pelo Partido Social e Liberdade – PSOL.

Processo: 10265.251073/2024-96

SUMÁRIO EXECUTIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo responder ao Processo nº 10265.251073/2024-96 do Supremo Tribunal Federal, endereçado ao Sr. Secretário-Especial da Receita Federal do Brasil, no qual se solicita a estimativa de impacto fiscal da renúncia do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre defensivos agrícolas para fins da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5553 impetrada pelo Partido Social e Liberdade - PSOL.

ANÁLISE

2. Nessa ADIN questionam-se as cláusulas primeira e terceira do Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazenda (CONFAZ) e a aplicação de alíquota zero do IPI para agrotóxicos em função da nocividade. O Convênio nº 100/97 da CONFAZ está fora da alçada da Receita Federal do Brasil e, portanto, cabe manifestação somente sobre IPI.

METODOLOGIA DE CÁLCULO

3. Do ponto de vista técnico, não é possível definir renúncia tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, já que, diferentemente de outros tributos como PIS, COFINS, Contribuição Social sobre Lucro Líquido ou Imposto de Renda, as alíquotas dispostas na Tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados – TIPI seriam a própria referência deste tributo.

4. Contudo, mostra-se possível estimar o montante do IPI a ser arrecadado a cada ponto percentual de tributação com base em valores constantes nas declarações de importação e nas notas fiscais cujos Códigos Fiscais de Operações e Prestações (CFOPs) sejam referentes a vendas de produção.

5. Com efeito, foram feitas consultas tendo como base os produtos que estão relacionados no processo (acetato de dinoseb, aldrin, benomil, binapacril, captafol, clorfenvinfós, clorobenzilato, DDT, dinoseb, endolssulfan, endrin, EPTC, estreptomicina, fosfamidona, forato, heptacloro, lindano, metalaxil, metamidofós, monocrotofós, oxitetraciclina, paration, pentaclorofenol e ziram).

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

6. De acordo com as consultas realizadas nas bases de dados da Receita Federal, foi possível estimar valores relacionados à comercialização destes produtos em determinado período.

7. A metodologia descrita resultou num possível ganho de arrecadação da ordem de R\$ 995 mil (novecentos e noventa e cinco mil reais) a cada ponto percentual de IPI, tendo como base os dados de 2023.

CONCLUSÃO

8. Por fim, cabe enfatizar que, no caso em questão, não é possível dizer em renúncia fiscal no caso de IPI por não haver uma alíquota de referência. Sendo assim, foi estimado um possível ganho de arrecadação de IPI a cada ponto percentual.

São essas as informações e considerações pertinentes submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
WILSON MASSATOSHI KITAZAWA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador da Copan.

Assinado digitalmente
RAFAEL PRACIANO GARCIA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe da Dipag

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital
FÁBIO AVILA DE CASTRO
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador substituto da COPAN

Aprovo a Nota. Encaminhe-se, conforme proposto, ao Gabin/RFB.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad